



## **País ainda é muito desigual, injusto e carente**

**Síntese:** Pesquisa feita pelo IBGE cobrindo todo o período do governo Lula mostra que a renda das famílias brasileiras aumentou desde 2003, mas não foi capaz de reduzir a distância entre pobres e ricos no país. Em duas das regiões, o Norte e o Sudeste, onde vivem metade dos brasileiros, a relação entre as despesas dos 10% de maior rendimento e as dos 40% de menor poder aquisitivo não se alterou em seis anos. Para três de cada quatro famílias, os rendimentos não são suficientes para pagar as contas no fim do mês. No Nordeste, metade das famílias alimenta-se de maneira insatisfatória.

O IBGE acaba de publicar a mais completa radiografia sobre quanto recebem e como gastam as famílias brasileiras. O retrato que emerge da pesquisa é o de um país que vem avançando, tem melhorado as condições de vida de sua população, ampliado o acesso a bens e serviços, mas que ainda tem imensos desafios a enfrentar para vencer a pobreza, a desigualdade e a carência alimentar.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) não era feita desde 2003. Assim, a edição 2008-2009, que acaba de sair do forno, serve também para fornecer um balanço razoável dos resultados em termos de rendimentos e condições de vida alcançados ao longo da gestão Lula. A POF permite observar não apenas os ganhos que o país conseguiu conquistar, mas quais são os desafios que precisarão ser vencidos a partir de agora.

É animador verificar que a renda média familiar cresceu 10,8% em seis anos, já descontada a inflação do período. Mas, infelizmente, tal desempenho ainda está longe de aplacar a chaga da desigualdade social no país. De acordo com os pesquisadores do IBGE, uma boa maneira de medir o bem-estar de uma família é verificar suas despesas per capita. E, para saber quão desiguais estamos, deve-se comparar a relação entre os gastos dos mais ricos e os dos mais pobres.

### **Abismo social persiste**

Na média nacional, os 10% com maior rendimento têm despesas 9,6 vezes maiores que os 40% mais pobres. Este é o tamanho do abismo que ainda separa ricos e pobres no Brasil. Seis anos antes, a distância era maior, mas não muito: 10,1 vezes. Basta observar o comportamento deste indicador por região geográfica para que a pouca mobilidade social brasileira se evidencie, mesmo nos anos de exuberante crescimento econômico recente.

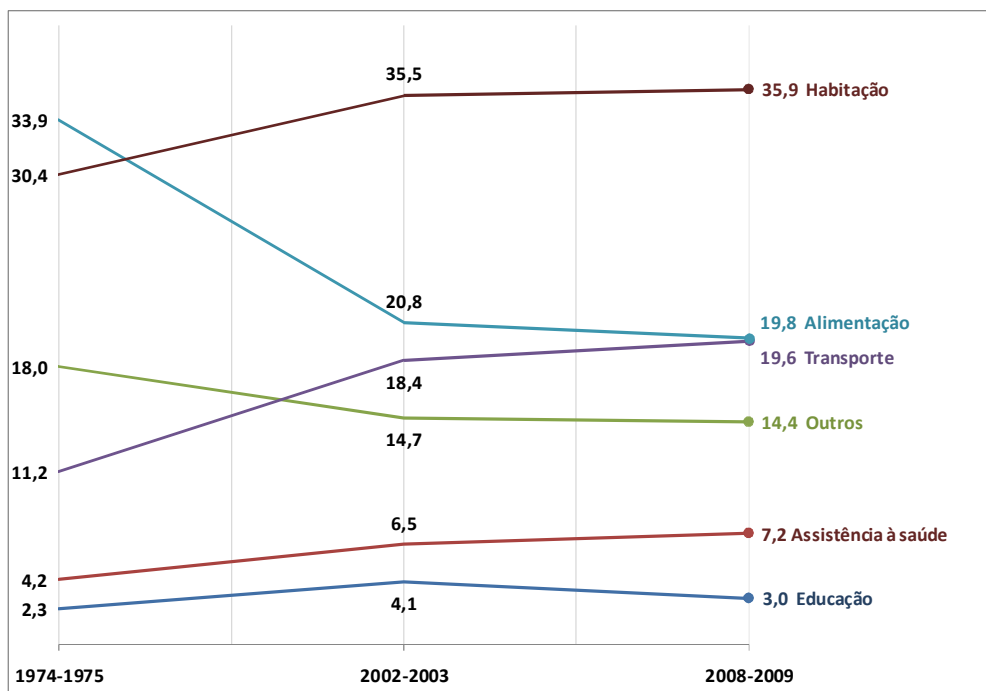
Nas regiões Norte e Sudeste, onde vivem 96 milhões de pessoas, ou exatos 50% da população brasileira, entre 2003 e 2009 simplesmente não houve alterações na distância entre os gastos da base e do topo da pirâmide social. Ou seja, a desigualdade manteve-se no mesmo nível.

No Nordeste, a mudança foi tímida: a correlação entre as despesas dos 10% de maior rendimento e as dos 40% de menor poder aquisitivo passou de 11,8 vezes para 11,4; a região persiste como a de mais alta desigualdade no país. As variações positivas só foram realmente relevantes no Centro-Oeste e no Sul, ainda nossa porção menos desigual.

Embora os rendimentos tenham crescido, ainda sobra mês no salário do brasileiro. Para 75% das famílias entrevistadas – o IBGE visitou 55.970 domicílios – os rendimentos são insuficientes para cobrir as despesas mensais. Ou seja, apenas uma de cada quatro famílias brasileiras tem folga no orçamento. Na área rural, 22% relataram “muita dificuldade” para cobrir seus gastos com alimentação, habitação, saúde, transportes e educação.

Para fechar as contas, os brasileiros estão cada vez mais dependentes das transferências estatais, sejam elas aposentadorias, pensões e/ou benefícios assistenciais como o Bolsa-Família. Na média, enquanto a participação do rendimento do trabalho caiu de 62% para 61,1%, as transferências subiram de 15% para 18,5% desde 2003. Entre os que têm renda de até dois salários mínimos, as transferências já perfazem 26,7% dos rendimentos (e 22,5% na média geral do Nordeste).

### Principais itens de despesa das famílias brasileiras (em %)



Fonte: IBGE / Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009

#### Alimentos pesam menos

A julgar pelos resultados da POF, ao fim de oito anos de governo o presidente Lula não terá cumprido sua mais eloquente promessa, enunciada no dia de sua posse no Planalto: permitir que cada brasileiro realize pelo menos três refeições por dia. 35,5% das famílias entrevistadas pelo IBGE responderam que a quantidade de alimentos que consomem é “insuficiente” ou “eventualmente insuficiente”. No Norte e no Nordeste, metade das famílias se dizem nesta situação – e em estados como Alagoas e Sergipe tal grupo atinge 60%. Isso ocorre embora os alimentos pesem cada vez menos no bolso dos brasileiros.

A participação dos diferentes tipos de despesas nos gastos totais das famílias acaba por fornecer um indicativo relevante das necessidades do país, bem como das conquistas mais evidentes. É o que ocorre com os dispêndios com alimentação, que agora respondem por 19,8% do consumo familiar. Trata-se de praticamente o mesmo nível de seis anos antes (20,8%), mas significativamente menor que os 34% que se gastava com este item em 1975 (quando o IBGE realizou o último Estudo Nacional de Despesa Familiar, que antecedeu a POF).

A cadente despesa com alimentos decorre de pelo menos dois fatores: a elevada produtividade das lavouras no país e a estabilidade monetária, por sua vez ajudada pela eficiência no campo. Ou seja, se o brasileiro tem mais facilidade para pôr comida na mesa, isso se deve a um processo de avanços e conquistas econômicas, produtivas e tecnológicas que remonta há mais de uma década e meia. Os anos recentes apenas preservaram a trajetória benéfica.

Em contrapartida, a POF também mostra que despesas com transportes são ascendentes nos orçamentos familiares. Se respondiam por 11,2% dos gastos nos anos 70, alcançam agora 19,6% do total, pouco acima dos 18,4% da pesquisa anterior. As famílias não apenas gastam mais com a compra de veículos próprios como também com transporte público.

Isto sugere que melhorar as condições de transporte é um dos grandes desafios para elevar o bem-estar da população, principalmente dos mais pobres. Tal constatação apenas reforça a necessidade de o país concentrar esforços na melhoria de sua infraestrutura, de modo a obter impactos diretos nas condições de vida dos brasileiros. (Habitação mantém-se como principal item de despesa, com 36% do total.)

Em sua mais recente edição, a POF permite aquilatar melhor o status atual das famílias brasileiras. É certo que elas vivem melhor, têm mais conforto, mais bens à disposição. O Brasil obteve conquistas importantes, mas ainda está apenas no meio do trajeto em direção a uma sociedade mais desenvolvida e justa. Com o muito que ainda é necessário avançar, não cabe, por hora, atolar-se numa euforia açodada. Cabe, isso sim, perseverar para que o país mantenha o rumo que vem trilhando nas duas últimas décadas, sem descambar para aventuras tão indesejáveis quanto desnecessárias.



"Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV" é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela.

---

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA - [www.itv.org.br](http://www.itv.org.br)

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 - 17º andar - Sala 1707 . CEP 70165-900 . Brasília - DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . [itv@itv.org.br](mailto:itv@itv.org.br)